

## EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE NA EURORREGIÃO GALIZA - NORTE DE PORTUGAL, 1995-2002

VIEIRA, Elvira P.\*

MOREIRA, María, Cristina

PEREIRA, Orlando P.

---

### Abstract

The progress, the growth and the development are concepts related to the intrinsic qualities of the existing productive factors, either in the regional or national perspective. Therefore, the theory of the human capital launches the idea that low levels of scholarship do not show great profits per capita, nor glimpses significant incremental improvements in the performance of the people. In this study it is analyzed the school qualifications of the active population by sector of economic activity and the gross value added of the Euroregion Galiza - North of Portugal. With particular incidence, labour productivity index are focussed, in an *input-output* analysis perspective of the productive process, during 1995-2002 period.

Key-words: education, employment, gross value added (GVA), labour productivity, Galicia, North of Portugal

JEL Codes: I29; R11

### Resumo

O progresso, o crescimento e o desenvolvimento são conceitos ligados às qualidades intrínsecas dos factores produtivos existentes, quer na perspectiva regional ou nacional. Por isso, a teoria do capital humano lança a ideia de que baixas taxas de escolaridade não potenciam grandes ganhos *per capita*, nem vislumbram melhorias incrementais significativas no desempenho das pessoas. Neste estudo analisa-se a relação entre os níveis de habilitações escolares da população activa empregue por sector de actividade económica e o valor acrescentado bruto da Eurorregião Galiza - Norte de Portugal. Com particular incidência focam-se os índices de produtividade do trabalho, numa perspectiva de análise *input-output* do processo produtivo, durante o período 1995-2002.

Palavras-Chave: educação, emprego, VAB, produtividade, Galiza e Norte de Portugal

---

\* Elvira Pacheco Vieira, Doctoral Student, University of Santiago de Compostela, teacher at ESGC, E-mail: [vieira\\_elvira@yahoo.es](mailto:vieira_elvira@yahoo.es), Maria Cristina Moreira and Orlando Petiz Pereira, Assistant Teachers, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão – NEEII, Campus de Gualtar, 4710 – 057 Braga, Portugal E-mails: [mcristina@eeg.uminho.pt](mailto:mcristina@eeg.uminho.pt), [orlandop@eeg.uminho.pt](mailto:orlandop@eeg.uminho.pt)

## **1. Introdução, objectivos e metodologia**

O método de estudo adoptado passa pela análise comparativa das regiões NUTS III da Euroregião Galiza-Norte de Portugal. Para tal, utilizámos indicadores da população activa, níveis educativos e VAB, com recurso às seguintes fontes estatísticas: Instituto Nacional de Estatística (INE) de Espanha e Portugal, Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) de Portugal e Instituto Valenciano de Investigações Económicas (IVIE) de Espanha. O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira faz-se um enquadramento das questões globais e dos conceitos associados à revisão de literatura sobre o tema em análise. Na segunda parte realiza-se uma análise empírica, que começa por caracterizar a Euroregião para, no momento seguinte, estabelecer a relação entre o *input* e o *output* do processo produtivo, ao nível da produtividade do factor de produção trabalho. As principais conclusões e referências bibliográficas completam a presente investigação.

## **2. Contextualização e enquadramento**

A criação de alternativas económicas tendentes à resolução dos problemas sociais que afectam a sociedade contemporânea, torna a reflexão em torno do capital humano – e neste domínio, das competências escolares – uma questão necessária e oportuna. Necessária ao nível do pensamento económico, que enfrenta dificuldades sempre que é preciso redefinir conceitos e metodologias de intervenção, para cumprir objectivos de uma política. Oportuna porque, acima de tudo, se reconhece a importância das competências e das capacidades individuais para intervir num campo marcado pela heterogeneidade, pela dimensão e pela pressão de políticas para a resolução de problemas sociais. Com o intuito de reflectirmos sobre as explicações teóricas do papel da educação no crescimento e no desenvolvimento económico, e seus efeitos sobre a coesão e convergência social, apoiamo-nos em autores como Laville (1994), Sen (1999 e 2000) e Silva (1983). Estes autores defendem a importância da educação, no processo de acumulação de capital humano, devido aos seus significativos efeitos sobre a melhoria da produção e da distribuição da riqueza.

No contexto de evolução da economia, o Estado e a sociedade civil, pelos papeis amplos que desempenham na protecção e no

fortalecimento das capacidades humanas, são chamados a recriar estratégias de política sustentada que removam as principais fontes de privação, criando esquemas de protecção social, de promoção de capacidades, de participação política e de liberdade de expressão, que garantam aos indivíduos a liberdade de participar no processo económico. A lógica do mercado, marcada pela lógica da cooperação e da troca, sustenta Sen (1999:21), faz parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade. Nesta perspectiva, promover a educação é garantir que na sociedade sejam recriados esforços que garantam a promoção de capacidades (para evitar privações), a participação política e a liberdade de expressão. SEN (2000) considera que estes são elementos fundamentais para a garantia da liberdade de desenvolvimento social. Por tal facto, entendemos que deverão fazer parte dos objectivos primordiais na definição de uma política económica sustentável. Estas questões ganham uma importância cada vez mais acentuada num contexto regional, onde as diferenças se manifestam de forma mais clara e o processo analítico produz ilações mais precisas.

O desafio da competitividade pressupõe a livre circulação de bens, pessoas, culturas, informação, entre outros. Assente numa filosofia de liberalização e de competitividade, a globalização enfatiza o papel regulador do mercado, como ponto de encontro de interesses individuais deixados em liberdade. Neste domínio, o desenvolvimento das competências para o acesso à competitividade exige a promoção do nível de qualificação dos recursos humanos, da informação, do acesso à cidadania e da capacidade de gestão. Estes são elementos básicos da igualdade no acesso à competitividade, onde o capital humano é uma mais-valia estratégica.

Presentemente, embora sejam realidades distintas, já se reconhece a importância da educação e da formação sobre os níveis de produtividade [Scott & Meyer (1991); Cruz (1998:21); Pereira (2001)]. Contudo, aqueles conceitos apresentam convergência quando se focaliza o ângulo da instrução dos agentes sobre o domínio económico. São conceitos abrangentes e compreendem um largo conjunto de actividades, categorias e formas culturais que, respeitando a diferença entre os papéis dos actores envolvidos, procuram um resultado que se traduz na aquisição de competências. Os dois conceitos apresentam complementaridade nos seus

objectivos, porque se orientam para instruir as pessoas, para melhorar o seu desempenho profissional e para as inserir no mercado de trabalho e na sociedade. Efectivamente, a educação é um processo contínuo de aquisição de competências na luta contra o envelhecimento precoce das habilidades e das aptidões das pessoas. A educação escolar, a par de outros tipos de formação menos intencionadas, desempenha uma pluralidade de funções que convergem para a edificação estruturante do indivíduo, nomeadamente através do seu “desenvolvimento mental e da sua preparação para o desempenho de funções específicas e diferenciadas na sociedade onde se inserem” (Martins, 1999:96). Nesta visão de educação de largo espectro (Pereira, 2001), os seus resultados ultrapassam a visão dos benefícios particulares. É neste sentido, que Musgrave, referenciado em Martins (1999:96), entende que a escola desempenha várias funções, entre as quais destaca a política, a conservadora, a económica, a de selecção e a de inovação.

Nas últimas três décadas, na sequência de estudos como os de Romer (1986) e Lucas (1988), têm-se multiplicado os autores que concedem à educação, entendida como o somatório das diferentes formas de aprendizagem e como factor explicativo do desenvolvimento das sociedades, primordial relevo na definição das estratégias de crescimento sustentado. A associação entre os níveis educativos e o potencial de desenvolvimento é também analisada por outros autores, dos quais destacamos Guisan (2000), Neira & Aguayo (2000), Guisan & Neira (1999, 2000), Cancelo & Guisan (1998), Lindes (1999), e Maddison (1987). Todos eles evidenciam a importância do factor educativo para o desenvolvimento e convergência das regiões, questões que vêm no seguimento das teorias do desenvolvimento endógeno, que teve o seu epílogo no final dos anos oitenta do século XX (Vázquez, 2000:94). Esta teoria assenta na noção de que uma região detém recursos económicos, humanos, institucionais, organizacionais, culturais e tecnológicos que, embora não seja condição suficiente, é uma condição necessária para o desenvolvimento. Além destes recursos existem outros, frequentemente menosprezados, como é o caso das ideias, dos projectos e da capacidade empreendedora, que também detém relevância estratégica no processo evolutivo. Desta forma, a noção de desenvolvimento endógeno passa pela capacidade de se liderar

projectos que reúnam os diferentes recursos disponíveis, tangíveis e intangíveis, independentemente de estes se manifestarem no *output* de forma directa ou indirecta. Trata-se de um desenvolvimento dinâmico que é alimentado por processos de acumulação de capital, nomeadamente ao nível da aprendizagem, das economias de escala e de experiência e da capacidade da região produzir economias externas. Por tal facto, por vezes, este processo de desenvolvimento endógeno é designado de crescimento difuso. Mas, tal como defendem Friedman & Weaber, referenciados em Vázquez (2000:96), o desenvolvimento endógeno é de visão territorial e obedece a mudanças estruturais que ultrapassam a noção de espaço e a dotação de recursos factoriais e consideram que o espaço é um agente de transformação social.

## **2. Análise empírica.**

**2.1. Caracterização da Euroregião.** A Euroregião Galiza – Norte de Portugal é constituída por duas regiões NUTS II, que são das mais pobres da Europa comunitária (Guillén, Pérez & Saleiro; 1995). Esta constatação também é evidenciada pelo EUROSTAT, que apresenta um PIB *per capita* para a Euroregião significativamente inferior aos das regiões mais desenvolvidas. Com base neste indicador, a região da Galiza ocupava, em 2002, a 242ª posição do Ranking das regiões comunitárias mais desenvolvidas, ao passo que o Norte de Portugal se situava na 271ª posição, num total de 316 regiões NUTS II, nas quais se incluem também regiões dos dez novos Estados-Membros da União Europeia, lideradas pela região de “*Inner London*” do Reino Unido. O atraso que ambas as regiões detêm em relação às mais desenvolvidas, poderá ser explicado por uma série de razões, sendo obvio que o carácter periférico de ambas, tanto no contexto nacional como no contexto europeu, seja uma delas. Face a tal realidade, a implementação de estratégias comuns, além de contribuir para a aproximação económica e social de ambas, dinamiza a produção de efeitos positivos sobre o processo de convergência da Euroregião, relativamente à média da Comunidade Europeia. Também permitirá criar melhores condições de competitividade, num contexto crescente de globalização. Neste sentido, apesar da importância das questões de índole económica, as variáveis de carácter social e cultural não devem ser descuradas neste

processo uma vez que induzem ao estabelecimento de prioridades nas estratégias de crescimento e desenvolvimento económico. Os níveis educativos e as habilidades profissionais da população activa funcionam, assim, como importantes factores capazes de influenciar positivamente a qualidade de vida de cada região.

**2.2. População Activa.** A análise comparativa da estrutura da população activa das NUTS III é pertinente para o seu enquadramento em termos de educação e de desempenho produtivo (quadro A1). Em termos médios, comparando o Sector Secundário com o Terciário, no Norte de Portugal, a absorção de mão-de-obra é equitativamente repartida, já que a diferença de 3,5 pontos percentuais a favor do sector terciário no ano de 1995, não é expressiva. Igualmente, no ano de 2002, a diferença aumentou mas, não ultrapassou os 8,2 pontos percentuais. Esta evolução poderá indiciar uma lenta mudança na composição da estrutura humana nos diferentes sectores da actividade económica, com consequências ao nível do desempenho e da proliferação das novas tecnologias. Contudo, o mesmo já não acontece com a Galiza, dado que a mão-de-obra empregue no sector secundário é significativamente menor, comparativamente ao verificado no sector terciário. Este sector, no ano de 1995, empregava 52,1% da população, enquanto que o sector secundário não foi além dos 24,7%. Deste modo, constatamos uma grande amplitude ao nível das necessidades de mão-de-obra, entre ambos os sectores de actividade, cuja diferença, a favor do sector terciário, é de 27,4 pontos percentuais. Relativamente a 1995, o ano de 2002 não apresenta alterações a este nível, registando-se apenas um ligeiro incremento da diferença para 27,7 pontos percentuais (quadro 1).

**2.3. Nível educativo da população empregue.** Correntemente assume-se que o nível educativo da população activa constitui um dos principais factores determinantes da produtividade da força de trabalho. Da formação dos recursos humanos afectos a qualquer actividade, do seu capital humano e níveis de competências, dependerá o sucesso do tecido empresarial e, conseqüentemente, o seu processo evolutivo. A distribuição da população activa empregue por níveis de escolaridade, nos sectores secundário e terciário, está representada nos quadros A2 e A3.

**Quadro 1 – Distribuição da população activa nas NUTS III da Euroregião Galiza -Norte de Portugal, por sectores de actividade económica (1995-2002)**

	População activa empregue 1995 (%)			População activa empregue 2002 (%)		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Norte	12,7	41,9	45,4	9,8	41,0	49,2
Minho-Lima	25,7	30,6	43,7	19,4	34,3	46,3
Cávado	12,3	46,6	41,1	9,1	47,5	43,4
Ave	8,5	56,2	35,3	5,1	63,0	31,9
Grande Porto	1,9	36,7	61,4	1,6	31,5	66,9
Tâmega	19,1	49,2	31,6	13,6	50,2	36,2
Entre Douro e Vouga	6,2	62,5	31,3	4,8	60,5	34,7
Douro	47,7	13,1	39,1	36,9	15,8	47,4
Alto Trás-os-Montes	47,9	10,3	41,9	38,6	14,2	47,2
Galiza	23,2	24,7	52,1	14,9	28,7	56,4
Corunha	15,9	26,9	57,2	8,4	31,3	60,3
Lugo	39,6	16,7	43,8	28,9	20,7	50,4
Ourense	30,6	22,9	46,5	24,8	24,3	50,9
Pontevedra	20,5	27,0	52,5	12,5	30,9	56,6

**FONTE:** “Anuário Estatístico da Região Norte: Emprego” – INE Portugal/ “Estatísticas da População Activa” – INE Espanha e cálculos próprios

A comparação entre o Norte de Portugal e a Galiza permite constatar diferenças significativas nas habilitações escolares da população empregue no sector secundário. No Norte de Portugal, em 1995, as pessoas habilitadas com um grau igual ou superior ao ensino secundário não ultrapassavam os 7% da população total empregue no sector secundário. Tal valor traduz que cerca de 93% daquelas pessoas apenas possuíam habilitações iguais ou inferiores ao ensino básico. Por sua vez, a Galiza apresenta uma realidade bem distinta, dado que 43,5% da sua população afecta ao sector secundário tem como habilitação mínima o ensino secundário. Se centrarmos a análise nos que possuem um grau académico superior, verificamos que ambas as regiões registaram valores pouco expressivos no seu cômputo geral. As diferentes dotações de capital humano da

população activa afecta ao sector secundário, das duas regiões NUTS II, são corroboradas pela análise do gráfico A1. Apesar da parcela de população activa empregue na Galiza ser bastante inferior à do Norte de Portugal, o conjunto de trabalhadores com pelo menos o ensino secundário é incomparavelmente maior. A este propósito, salientamos que na Corunha, a concentração deste conjunto de recursos humanos, é maior do que o somatório de todas as NUTS III portuguesas em análise. Neste sentido, a região que apresenta a taxa de concentração mais elevada das regiões do Norte de Portugal é o Grande Porto (16,2%), embora em 2002 difira em cerca de 40 pontos percentuais, do valor apresentado por Lugo (56,9%), que é a região galega com o indicador mais baixo. Relativamente ao sector terciário (quadro A4) verificamos que a mão-de-obra empregue no Norte de Portugal, com pelo menos o Ensino Secundário representava em 1995, cerca de 23% da população empregue, enquanto que na Galiza mais de 63% dos trabalhadores detinham idêntico nível de habilitações. No ano de 2002 o diferencial da população activa empregue neste sector, com pelo menos o Ensino Secundário entre as duas Regiões (de 45,7 pontos percentuais, a favor da Galiza) revela que as assimetrias ao nível educativo persistem. O quadro 4 demonstra que na Galiza, mais de 50% dos activos afectos ao sector terciário, tinham em 2002, o nível de ensino secundário completo, concentrando-se maioritariamente, nas regiões da Corunha (57,4%) e Pontevedra (53,7%), ao passo que no Norte de Portugal, apenas três NUTS III conseguem ultrapassar os 20%, designadamente Minho-Lima (20,1%), Cávado (20,9%) e Grande Porto (22,4%). Apenas na região de Ourense o peso que o factor trabalho, com este nível de qualificações, tem sobre o total empregue nos serviços, sofreu uma ligeira diminuição, entre 1995 e 2002, consequência provável de fluxos migratórios internos ou de baixas taxas de abandono escolar, no ensino secundário não obrigatório. A constatação das assimetrias de distribuição do capital humano, e a fragilidade do processo de convergência entre as duas regiões a este nível, é reforçada pela análise do gráfico A2 que evidencia uma elevada concentração da força de trabalho afecta ao sector terciário, com pelo menos o ensino secundário, na Galiza, particularmente na Corunha e Pontevedra. No conjunto das NUTS III do Norte de Portugal, apenas o Grande Porto se consegue aproximar destas duas regiões. Em termos relativos, a

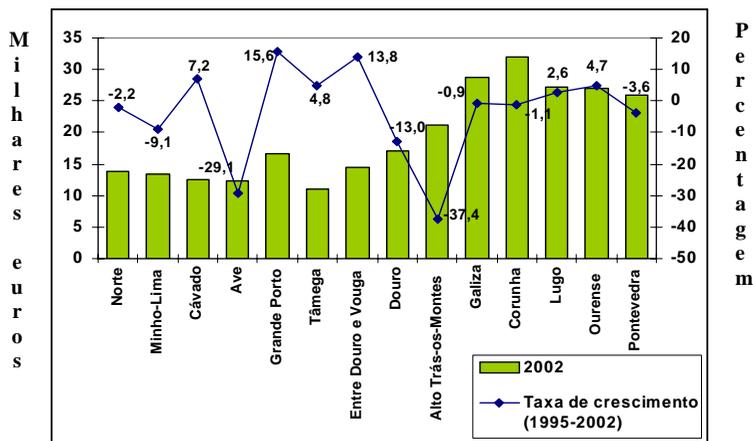
taxa de crescimento do período 1995-2002, mantém uma relação inversa com a distribuição regional deste capital humano. Estas ilações são corroboradas, em termos gerais, por Guisán & Aguayo (2005), que colocam em evidência não só as diferenças de dotações de capital humano entre a população activa da Galiza e Norte de Portugal, como entre estas e as mais desenvolvidas regiões da Europa, como *Inner London*.

**2.4. VAB e produtividade.** O VAB global e por sector de actividade (à excepção do Sector Secundário), da Galiza é superior ao registado no Norte de Portugal, tanto em 1995 como em 2002. Através da análise do quadro A4 verificamos que, no sector primário, a maior parte do valor acrescentado é produzido na Galiza, especialmente na Corunha e Pontevedra, enquanto que no Norte de Portugal apenas a região do Douro, conhecida pelas culturas vinícolas, apresenta valores aproximados. Contudo, à excepção do Grande Porto e Ourense, entre 1995 e 2002, todas as NUTS III da euroregião apresentam decréscimos no VAB gerado por este sector. Por seu turno, no sector secundário, é o Norte de Portugal que detém uma posição dominante no contexto da euroregião, apesar de ser a da Corunha que mais valor acrescentado produz. Neste sector destacam-se as regiões do Ave e Grande Porto, do lado do Norte de Portugal, e Corunha e Pontevedra, do lado galego, sendo particularmente significativas as taxas de crescimento apresentadas por estas duas últimas regiões, superiores a 20%, apenas acompanhadas pelas NUTS III do Cávado (23,5%), Tâmega (26,6%) e Entre Douro e Vouga (23,8%). Por último, no sector terciário, a Galiza coloca-se como a principal responsável pela produção de valor acrescentado para a euroregião. No entanto, existe uma tendência de convergência entre as NUTS II, em virtude da maior taxa de crescimento do VAB afecto a este sector, no Norte de Portugal. De uma forma geral, todas as NUTS III portuguesas, apresentam taxas de crescimento do VAB, gerado no sector terciário, superiores à das regiões galegas, de entre as quais se destacam Corunha e Pontevedra com evoluções positivas superiores a 20%, similares ao desempenho do Grande Porto, que é a região portuguesa que apresenta a taxa de crescimento mais baixa.

A relação entre a população activa empregue por sector de actividade para a euroregião e o VAB, permite-nos realçar que no Norte de Portugal, para o ano de 1995, o sector secundário absorve

41,9% da mão-de-obra e gera um VAB de 8741 milhões de euros, enquanto que a Galiza com 24,7% de recursos humanos, consegue gerar uma riqueza de 7175 milhões de euros. Tais valores indiciam uma discrepância na produtividade do factor de produção trabalho do Norte de Portugal, face à Galiza. Por sua vez, no ano de 2002, o peso relativo da população empregue na indústria e construção rondava no Norte de Portugal os 41%, ao passo que na Galiza não passava dos 28,7%, sendo responsáveis pela produção de um VAB de 9.718 e 8.723 milhões de euros, respectivamente. Desta forma, verifica-se que no período em análise não se registaram melhorias significativas, sobretudo do Norte de Portugal, que permitissem uma aproximação real dos índices de produtividade do trabalho, no espaço da eurorregião, tal como podemos ver no gráfico 1, que apresenta a produtividade dos trabalhadores deste sector de actividade e sua taxa de crescimento entre 1995 e 2002.

**Gráfico 1 – Produtividade da população empregue no sector secundário e respectiva taxa de crescimento (1995-2002), nas NUTS III da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal**



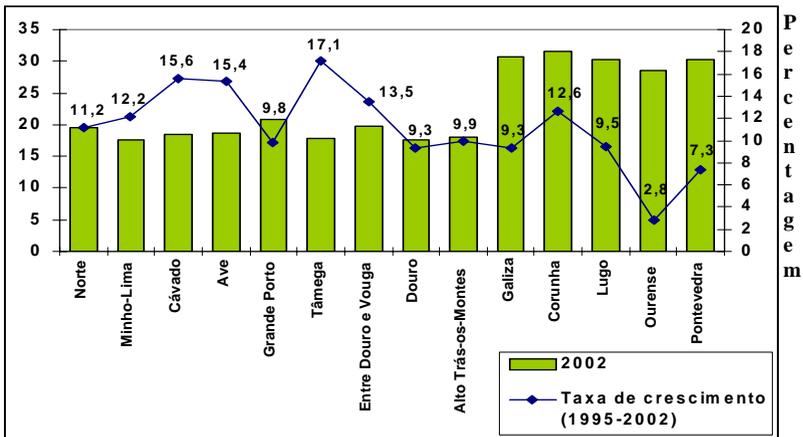
Fonte: INE Portugal, INE Espanha. E cálculos próprios

No sector secundário, a Galiza absorvia, em 2002, uma expressiva percentagem de mão-de-obra com o ensino secundário (60,8%), enquanto que o Norte de Portugal empregava apenas 7,4% da mão-de-obra habilitada com este nível de ensino completo, sendo a esmagadora maioria da população empregue (cerca de 86,5% da

mão-de-obra) detentora apenas do ensino básico. Parece-nos que se tratam de estruturas educacionais diferentes e que impedem o Norte de Portugal de melhorar o seu desempenho de forma a convergir para a produtividade apresentada pela região galega.

Também no sector terciário, a relação entre a população activa empregue e o VAB, coloca em evidência as diferenças existentes entre as NUTS II, novamente desfavoráveis à região portuguesa. Em 1995, cerca de 45,4% da população activa do Norte de Portugal estava afectada a este sector, enquanto que na Galiza o mesmo absorvia mais de metade da mão-de-obra (aproximadamente 52,1%), sendo responsáveis pela produção de 12.435 e 14.597 milhões de euros, respectivamente. De 1995 a 2002, as evoluções médias regionais, neste sector de actividade, foram muito similares nas duas regiões, com o diferencial absoluto do VAB produzido a manter-se sensivelmente nos 2 mil milhões de euros, enquanto que no peso relativo da população empregue, a diferença continuava a situar-se nos 7 pontos percentuais, o que vem atestar a dificuldade da região do Norte de Portugal conseguir aproximar-se da região da Galiza, em termos reais, tal como é demonstrado pelo gráfico 2.

**Gráfico 2 – Produtividade da população empregue no sector terciário e respectiva taxa de crescimento (1995-2002), nas NUTS III da Euroregião Galiza-Norte de Portugal**



Fonte: “INE Portugal, INE Espanha. E cálculos próprios

Em 1995, este sector absorvia no Norte de Portugal 74% de população habilitada com o ensino básico, 16,6% com o ensino secundário e 6,5% com o ensino Superior. Por sua vez, a Galiza empregava 36,1% da população com o ensino básico, 44,3% com o ensino secundário e 19,2% com o ensino superior. Por seu turno em 2002, ambas as regiões, registaram melhorias ao nível das habilitações da população activa empregue. O Norte de Portugal reduz o peso relativo da população com o ensino básico para 64,9% e aumenta o que possui o ensino secundário e superior, para 20,9% e 10,8%, respectivamente. Porém, a Galiza evidencia um esforço maior no progresso das dotações de capital humano dos indivíduos empregues, com cerca de 53,5% a apresentar o ensino secundário de 1º ciclo completo, seguido de 23,9% com o ensino superior e 22,4% com o ensino básico. Os dados parecem evidenciar que no Norte de Portugal, apesar do nível de escolaridade da população empregue no sector terciário ser menor que o da Galiza, o diferencial de produtividade não parece ser tão agudizado, como o que se verificava no sector secundário.

### **3. Conclusão**

Com o presente trabalho, tendo em atenção os dados disponíveis e o horizonte temporal relativamente curto, não podemos aferir se a educação, por si só, melhora os níveis de desempenho económico, muito embora a leitura dos dados deixe transparecer uma influência directa e positiva. Contudo, parecem inegáveis os seus efeitos sobre as competências da população, que é um processo cumulativo e que influencia o estado de espírito crítico do trabalhador. Por tal facto, a sua capacidade empreendedora evidencia-se e contribui para a melhoria das rotinas quotidianas e, desta forma, para a eficiência na utilização dos factores de produção, nomeadamente ao nível imaterial, o que se traduz em ganhos para as empresas e para a região onde estão inseridas. Sublinhamos que, os frutos da educação se manifestam em momentos diferidos no tempo e são consolidados pelas experiências vividas, pelo treino e experimentação, pela partilha e pela cooperação. Por tal facto, encontramos nestes aspectos mais uma razão para sermos prudentes na interpretação dos resultados obtidos, embora estejamos conscientes da influência positiva da educação sobre o domínio económico e que por sua vez

afectará no mesmo sentido a vertente social. Neste sentido, sustentamos que mediante uma política dinâmica de educação ajustada à Eurorregião Galiza – Norte Portugal contribuirá para dar resposta à turbulência tecnológica e à incerteza dos mercados. Neste contexto, estrutura-se a economia do conhecimento na Eurorregião porque, na actualidade, ela não se compadece com baixos níveis escolares da população.

### **Referências bibliográficas**

- Cancelo, M.T., Guisan, M.C (2002). “Econometric Models of Foreign Trade in OECD Countries”, *Applied Econometrics and International Development*, Vol. 2-2, pp.65-81, on line.<sup>1</sup>
- Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (2006), (2006), *Plano Estratégico de Programas Operacionais da Entidade Transfronteiriça UNIMINHO*, Iniciativa Comunitária INTERREG III-A, relatório elaborado pela Escuela para las Administraciones Públicas Caixanova.
- Coutinho, M. (2003), *Economia Social em Portugal: emergência do Terceiro Sector na Política Social*, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social e Associação de Profissionais de Serviço Social.
- Cruz, J.V.P. (1998), *Formação Profissional em Portugal: do Levantamento das Necessidades à Avaliação*, 1ª Edição, Lisboa, Edições Sílabo
- Eurostat (2003): Base de dados NewCronos
- Eures Transfronteiriço Galicia-Norte de Portugal (2003), *Estudo sobre as tendências do emprego e mobilidade na Euro Região Norte de Portugal-Galiza*.
- Guillén, S. (1995), *Galiza/ Norte de Portugal – retrato de uma Eurorregião*; Revista “Estatísticas & Estudos Regionais - Região Norte”, Mai-Ago 1995, Nº.8; INE-DRN
- Guisan, M. C. e Frias, I. (1996): "Economic Growth and Social Welfare in the European Regions". Documento *Economic Development* 9, on line.<sup>1</sup>
- Guisan, M.C. & Neira; I. (2001), “Educacion y desarrollo. Una perspectiva mundial”, *Estudios Económicos de Desarrollo Internacional*, Vol. 1-1.<sup>1</sup>
- Guisán, M.C., Aguayo, E. (2005). Gasto en I+D, desarrollo económico y empleo en las regiones españolas y europeas, *Estudios de Economía Aplicada*, Vol. 23-3.<sup>1</sup>
- IVIE. Banco de dados do Instituto Valenciano de Investigações Económicas e da Fundação BBVA. Espanha.
- Laville, J.L. et al (1994), *Cohésion Sociale et employ*, Desclée de Brower, Sociologie Economique, Paris
- Lucas, (1988); “On the Mechanics of Economic Development”, *Journal of Monetary Economics*, 22.

- Martins, A. M. (1999), *Formação e Emprego numa Sociedade em Mutação*, Aveiro, Edição Universidade de Aveiro
- Maddison (1987), "Growth and Slowdown in Advanced Capitalist Economies", *Journal of Economic Literature*, Junho, pp. 649-698
- Ministério do Trabalho e Segurança Social, de Portugal. Estatísticas gerais da Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)
- Neira, I. e Iglesias, A. (1998): "*Nível educativo de la población, crecimiento y bienestar económico*" Universidade de Santiago de Compostela.
- Neira, I., Guisán, M. C.(2002). "Modelos econométricos de capital humano y crecimiento económico: Efecto Inversión y otros efectos indirectos" Documento de la Serie *Economic Development* num.62.<sup>1</sup>
- Pereira, O. P. (2001), *Formação Profissional e Inovação na Indústria Transformadora Portuguesa: Análise da Estratégia Sectorial*, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela.
- Psacharopoulos, G. (1973): "*Returns to education. An international comparison*"; Elsevier and Jossey-Bass; Amsterdão e San Francisco.
- Ribeiro, J. C. e Cruz, F. C. (1997): "*Cooperação Transfronteiriça para o Desenvolvimento: O caso do Minho-Galiza*". Documentos de Trabalho do Centro de Estudos em Economia e Gestão. Universidade do Minho.
- Romer (1986), "*Increasing Returns and Long-Run Growth*"; *Journal of Political Economy*, vol 94, nº 5, pags. 1003-1037.
- Sen, A. (1999), *Desenvolvimento como Liberdade*, S. Paulo, Companhia das Letras.
- Sen, A. (2000), "The Discipline of Cost-Benefit Analysis", *Journal of Legal Studies*, 29: 2, 873-912.
- Sen, A. (2000), "What is development about" in: Meier, Gerald M. e Stiglitz, J. E. (ed.), (2000), *Frontiers of Development Economics in Perspective*, Washington D.C., USA (pp.506-519)
- Silva, M. M.(org.) (1983), *Desenvolvimento Económico e Repartição do Rendimento*, Imprensa Universitária, Ed. Estampa.
- Scott, W. R. e Meyer, J.W. (1991), "The rise of training programs in firms and agencies: an institutional perspective", *Research in Organizational Behavior*, 13, p. 297-326
- Vásquez Barquero, A. (2000), "Desarrollo local y Territorio", in Pérez Ramírez, B e Carrillo, E. (Coords) (2000), *Desarrollo Local: Manual de uso*, ESIC Editorial –FAMP, Madrid, pp. 93-107.
- Vieira, E. e Neira, I. (2004): "Educación e Investigación en las regiones españolas y portuguesas". *Regional and Sectoral Economic Studies*. Vol.4.2, pp- 107-120.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Articles and documents on line at: <http://www.usc.es/economet/ea.htm>

Annex on line at the journal website: <http://www.usc.es/economet/rses.htm>

**Anexo**

**Quadro A1: População activa no desempenho de uma actividade profissional na Euroregião Galiza - Norte de Portugal, por NUTS III e para o período 1995-2002**

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Norte	12,3	47,4	51,3	93,7	95,1	1,5
Minho-Lima	18,4	48,2	56,8	94,2	96,4	2,3
Cávado	13,5	50,8	53,6	97,1	96,3	-0,8
Ave	10,7	47,9	50,2	94,4	96,9	2,7
Grande Porto	12,8	46,5	50,1	90,9	93,1	2,4
Tâmega	13,3	48,4	52,3	95,8	95,6	-0,2
Entre Douro e Vouga	3,3	53,9	52,2	95,2	96,8	1,7
Douro	34,2	35,5	50,4	94,4	95,6	1,3
Alto Trás-os-Montes	7,3	48,7	54,2	92,7	96,1	3,7
Galiza	9,6	39,4	44,6	82,4	87,8	6,6
Corunha	20,3	36,3	44,6	82,0	87,2	6,3
Lugo	-7,6	43,8	43,2	85,6	90,8	6,1
Ourense	-4,2	42,2	42,9	88,6	91,5	3,3
Pontevedra	11,0	40,4	45,7	78,9	86,3	9,4

(1) Crescimento população activa, 1995-2002 (%), (2) Taxa de actividade 1995, (3) Taxa de actividade 2002, (4) População activa empregue 1995 (%), (5) População activa empregue 2002 (%), (6) Taxa de crescimento da população activa empregue (1995-2002)

**Fonte:** “*Anuário Estatístico da Região Norte: Emprego*” – INE Portugal/ “*Estatísticas da População activa*” – INE Espanha. “*Anuário Estatístico da Galiza – Norte de Portugal*” – INE Portugal/ Instituto Galego de Estatística (IGE) e cálculos próprios.

**Quadro A2: Distribuição da população empregue no Sector Secundário, de acordo com as habilitações literárias (u.m.: %)**

	1995				2002			
	Analfabetos	E. nsino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Analfabetos	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Norte	1,9	91,2	4,9	1,9	2,6	86,5	7,4	3,5
Minho-Lima	1,8	91	5,7	1,6	0,7	88	8,5	2,8
Cávado	1,1	93	4,6	1,3	2,5	87,5	7	3,1
Ave	2,6	92,1	4	1,3	1,4	89,4	6,7	2,6
Grande Porto	1,9	88	6,7	3,4	2,8	81,1	10,2	6
Tâmega	1,3	95,3	2,7	0,6	3,4	91,2	3,9	1,5
Entre Douro e Vouga	1,8	92,2	4,4	1,6	3,6	85,5	7,5	3,5
Douro	3,5	89,2	5,65	1,7	5,1	84,1	7,5	3,3
Alto Trás-os-Montes	5,3	87,5	5,6	1,6	5,5	84	7,3	3,2
Galiza	0,2	56,3	39,5	4	0	33,3	60,8	5,9
Corunha	0,3	59,7	35,4	4,6	0	27,4	65,9	6,7
Lugo	0	46,1	48,5	5,3	0,2	42,9	51	5,9
Ourense	0,7	52,9	43,2	3,2	0	42,8	55,2	2
Pontevedra	0	56,4	40,3	3,3	0	34,4	59,3	6,3

**Fonte:** Estatísticas Gerais da Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) do Ministério do Trabalho e Segurança Social, de Portugal/ Banco de dados do Instituto Valenciano de Investigações Económicas e da Fundação BBVA de Espanha e cálculos próprios

**Quadro A3: Distribuição da população empregue no Sector Terciário, de acordo com as habilitações literárias (u.m.: %)**

	1995				2002			
	Analfabetos	E. nsino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Analfabetos	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Norte	2,9	74	16,6	6,5	3,5	64,9	20,9	10,8
Minho-Lima	2,8	79,8	13,4	3,9	1,1	70,8	20,1	8
Cávado	2,2	76,7	16,2	4,9	3,3	67,1	20,9	8,7
Ave	2,9	76,2	15,2	5,7	2,3	69,8	19,6	8,4
Grande Porto	2,7	71,5	17,8	7,9	3,8	60,8	22,4	13
Tâmega	2,5	81,7	12,8	3	2,8	73,2	16,3	7,6
Entre Douro e Vouga	3,2	77,4	14,8	4,6	3,6	68,1	19,4	8,8
Douro	3,3	77,4	14,9	4,4	4,6	70,7	17,5	7,2
Alto Trás-os-Montes	7,2	73,4	15,8	3,9	5,2	66,8	19,9	8
Galiza	0,3	36,1	44,3	19,2	0,2	22,4	53,5	23,9
Corunha	0,2	41	40,1	18,7	0,1	20,5	57,4	22
Lugo	0,7	35,3	43	21	0	27,9	45,7	26,4
Ourense	0,2	28,8	50,1	2,09	0	22,2	47,6	30,2
Pontevedra	0,1	33,4	47,9	18,6	0,3	22,7	53,7	23,3

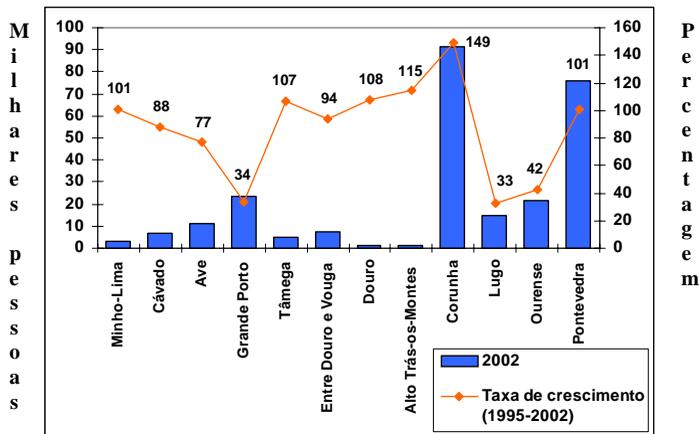
**Fonte:** Estatísticas Gerais da Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) do Ministério do Trabalho e Segurança Social, de Portugal/ Banco de dados do Instituto Valenciano de Investigações Económicas e da Fundação BBVA de Espanha e cálculos próprios

**Quadro A4: Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) e taxa de crescimento (%), por sectores de actividade, nas NUTS III da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal (1995-2002)**

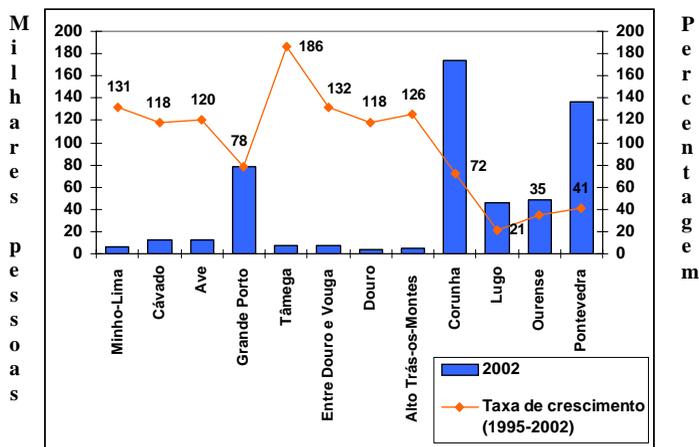
	1995			2002			Taxas de crescimento		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Norte	1031	8741	12435	726	9718	16314	-29,58	11,18	31,19
Minho-Lima	82	442	664	50	507	890	-39,02	14,71	34,04
Cávado	92	912	1115	90	1127	1535	-2,17	23,57	37,67
Ave	80	1853	1080	48	2040	1561	-40,00	10,09	44,54
Grande Porto	118	3164	6927	133	3214	8496	12,71	1,58	22,65
Tâmega	140	879	819	73	1113	1303	-47,86	26,62	59,10
Entre Douro e Vouga	42	950	655	15	1176	928	-64,29	23,79	41,68
Douro	316	235	571	223	261	806	-29,43	11,06	41,16
Alto Trás-os-Montes	160	307	605	94	287	796	-41,25	-6,51	31,57
Galiza	1929	7175	14597	1735	8723	18245	-10,06	21,57	24,99
Corunha	583	3387	6246	516	4139	7900	-11,49	22,20	26,48
Lugo	498	716	1950	313	833	2241	-37,15	16,34	14,92
Ourense	221	815	1780	319	956	2114	44,34	17,30	18,76
Pontevedra	626	2257	4621	587	2796	5990	-6,23	23,88	29,63

**Fonte:** “Anuário Estatístico da Região Norte: Contas Regionais” – INE Portugal/ “Contas Económicas – Contabilidade Regional de Espanha” – INE Espanha e cálculos próprios

**Gráfico A1 – População activa empregue no sector secundário, com pelo menos o nível educativo secundário e respectiva taxa de crescimento, nas NUTS III da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal (1995-2002)**



**Gráfico A2 – População activa empregue no sector terciário, com pelo menos o nível educativo secundário e respectiva taxa de crescimento, nas NUTS III da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal (1995-2002)**



**FONTE:** Estatísticas Gerais da Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) do Ministério do Trabalho e Segurança Social, de Portugal/ Banco de dados do Instituto Valenciano de Investigações Económicas e da Fundação BBVA de Espanha e cálculos próprios

A classificação dos níveis educativos da população activa empregue é realizada com base na classificação proposta pelo IVIES e que permite a realização de comparações a nível internacional, no âmbito da Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE), recomendada pela Unesco<sup>1</sup>:

*Analfabetos* – são todas aquelas pessoas que não sabem ler nem escrever, ou que são capazes de fazer só uma de duas coisas, ler ou escrever algumas palavras ou números, como por exemplo o seu nome.

*Sem nível de estudos e ensino básico* – para o caso de Espanha seriam as pessoas que apesar de saberem ler e escrever, não completaram a educação geral básica ou equivalente, tendo menos de oito anos de estudos terminados; no caso de Portugal seria um grupo de pessoas idêntico, apenas com uma diferença: em vez de oito, o limite máximo de anos de estudo terminados seriam nove anos.

*Ensino Secundário* – no caso de Espanha incluem-se neste nível o *bachillerato* elementar, outros estudos de primeiro ciclo como a EGB e segundo grau, e outros estudos não classificáveis. A população incluída neste nível, possui oito a doze anos de estudos terminados. Para o caso de Portugal o número máximo de anos de escolaridade seria também doze anos, sendo que os indivíduos frequentariam as instituições de ensino secundário, até seguirem uma carreira no ensino superior

*Ensino Superior* – tanto para Portugal, como para Espanha, agrega as pessoas com carreiras universitárias de ciclo curto ou três anos de carreiras de ciclo largo terminados, que tenham

---

<sup>1</sup> Esta classificação é válida tanto para a análise para a população empregue no sector secundário, como no sector de terciário.

completado pelo menos 15 anos de estudos (estudos anteriores ao superior) e as pessoas com carreiras universitárias de ciclo largo terminadas, as quais terem completado pelo menos dezasseis a dezassete anos de estudos. Ao falarmos em dezasseis referimo-nos a Portugal dado que algumas licenciaturas possuem só quatro anos.